Texto compilado a partir da redação dada pelas Portarias n. 301/2021, n. 98/2022, n. 174/2021, n. 186/2022, n. 249/2022, n. 285/2022, n. 293/2022, n. 351/2022, n. 380/2022, n. 367/2022, n. 12/2023, n. 231/2023, n. 314/2023, n. 63/2024, n. 175/2024, n. 269/2024, n. 313/2024, n. 363/2024, n. 128/2025, n. 240/2025, n. 256/2025 e n. 365/2025.

## PORTARIA № 193, DE 30 DE JULHO DE 2021.

Institui o Comitê Gestor da Conciliação.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), no uso de suas atribuições legais e regimentais,

## **RESOLVE**:

Art. 1º Instituir o Comitê Gestor da Conciliação para dar efetividade ao projeto de divulgação e incentivo da solução de conflitos, com vistas a organizar e implementar ações para a promoção da Política Pública de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.

Parágrafo único. O Comitê Gestor fica encarregado da organização e execução de medidas para a continuidade do Movimento pela Conciliação.

- Art. 2º Compõem o Comitê Gestor da Conciliação:
- I Mônica Autran Machado Nobre, Conselheira do CNJ, que o presidirá; (redação dada pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)
- II Guilherme Guimarães Feliciano, Conselheiro do CNJ; (redação dada pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)
- III Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, Ministro do Superior Tribunal de
  Justiça; (redação dada pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)
- IV Viviane Brito Rebello, Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ; (redação dada pela Portaria n. 365, de 16.10.2025)

- V (revogado pela Portaria n. 365, de 16.10.2025)
- VI Carlos Pires Brandão, Desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região; (redação dada pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)
- VII Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho, Desembargador do Tribunal Regional Federal da 5ª Região; <u>(redação dada pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)</u>
- VIII Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; <u>(redação dada pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)</u>
- IX Cesar Felipe Cury, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; (redação dada pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)
- X José Carlos Ferreira Alves, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; (redação dada pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)
- XI Roberto Portugal Bacellar, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; (redação dada pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)
- XII Erik de Sousa Dantas Simões, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco e presidente do Fonamec; (redação dada pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)
- XIII Humberto Dalla Bernardina de Pino, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; (redação dada pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)
- XIV Giovanni Olsson, Juiz do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região; (redação dada pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)
- XV Evaldo de Oliveira Fernandes Filho, Secretário-Geral do Tribunal Regional Federal da 1ª Região; (redação dada pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)
- XVI Paulo Marcos Rodrigues de Almeida, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região; (redação dada pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)
- XVII Cristiane Conde Chmatalik, Juíza Federal da Seção Judiciária do Espírito Santo; (redação dada pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)
- XVIII Guilherme Ribeiro Baldan, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia; (redação dada pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)
- XIX Valeria Ferioli Lagrasta, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; (redação dada pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)

- XX Rita Maria Costa Dias Nolasco, Procuradora da Fazenda Nacional; (redação dada pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)
- XXI Kazuo Watanabe, Advogado; <u>(redação dada pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)</u>
- XXII Felipe Sarmento Cordeiro, Advogado e Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; (redação dada pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)
- XXIII Juliana Loss de Andrade, Advogada e Mediadora Judicial; (redação dada pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)
- XXIV Samantha Mendes Longo, Advogada; <u>(redação dada pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)</u>
- XXV Arnoldo de Paula Wald, Advogado; (redação dada pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)
- XXVI Gustavo Justino de Oliveira, Advogado. (redação dada pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)
- XXVII Fernando Hoffmann, Juiz do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. (incluído pela Portaria n. 313, de 18.9.2024)
- XXVIII Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa, Desembargadora Aposentada do Tribunal Regional do Trabalho da 15<sup>a</sup> Região. (<u>redação dada pela</u> Portaria n. 363, de 15.10.2024)
- XXIX Bruno Alves Rodrigues, Juiz Auxiliar da Vice-Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; <u>(redação dada pela Portaria n. 128, de 5.5.2025)</u>
- XXX Roberta de Melo Carvalho, Juíza Auxiliar da Vice-Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; (redação dada pela Portaria n. 128, de 5.5.2025)
- XXXI Cristiane Padim da Silva, Juíza de Direito e Coordenadora do Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação (Nupemec) do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. (redação dada pela Portaria n. 240, de 7.8.2025)
- XXXII Ulisses Rabaneda dos Santos, Conselheiro do CNJ; (redação dada pela Portaria n. 256, de 19.8.2025)
- XXXIII Clarice Claudino da Silva, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso; (redação dada pela Portaria n. 256, de 19.8.2025);
  - XXXIV (revogado pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)
  - XXXV (revogado pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)

XXXVI – (revogado pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)

XXXVII – (revogado pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)

XXXVIII – (revogado pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)

XXXIX – (revogado pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)

XL – (revogado pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)

XLI – (revogado pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)

XLII – (revogado pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)

XLIII – (revogado pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)

XLIV – (revogado pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)

XLV – (revogado pela Portaria n. 269, de 28.8.2024)

Art. 3º As reuniões do Comitê Gestor da Conciliação serão realizadas preferencialmente por meio de videoconferência.

Parágrafo único. Excepcionalmente, as reuniões poderão ocorrer de forma presencial, cabendo aos respectivos tribunais, de forma prioritária, subsidiar as despesas de deslocamento.

Art. 4º Ficam revogadas as Portarias n º 13/2018, 215/2020 e 8/2021.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro LUIZ FUX